



## EDITAL DE LICITAÇÃO

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2018

<b>DIA:</b>	<b>20 DE ABRIL DE 2018 (sexta-feira)</b>
<b>HORA:</b>	<b>14:00 horas (Tolerância de 5 minutos)</b>
<b>LOCAL:</b>	<b>Sede da Prefeitura Municipal de Guapimirim/RJ</b>
<b>ENDEREÇO:</b>	<b>Av. Dedo de Deus, nº 1161 - Bairro - Centro - Guapimirim-RJ</b>
<b>INFORMAÇÕES:</b>	<b>Fone: 0 xx (21) 2632 2412 (Dias úteis, das 10:00 às 16:00 horas)</b>
<b>PROCESSO:</b>	<b>Nº 206/2018</b>

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIMIRIM/RJ**, através do PREGOEIRO designado pela Portaria nº 1831 de 02/01/2018, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local acima indicados com obediência ao disposto na Lei n. **10.520**, de 18.07.02 e no Decreto n. 753/2007 E 803/2009 e, subsidiariamente, às Leis 8.078/90 (CDC), n. 8.666/93, n. 9.784/99 e suas alterações e demais legislação complementar, fará realizar Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **"MENOR PREÇO POR ITEM"**, destinada à contratação do objeto de que trata o Anexo I do presente Edital.

#### 1. DO OBJETO:

**1.1** Constitui objeto da presente licitação a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DE BASE DE DADOS TERRITORIAL, REVISÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES - PGV, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS, COM FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA, SUPORTE E MANUTENÇÃO, TREINAMENTO E TRANSFERÊNCIA TECNOLÓGICA**, de acordo com as especificações constantes do Anexo I (Especificações do Objeto).

**1.2** Constituem os Anexos do presente edital:

- a) Anexo I : Proposta de Preço
- b) Anexo II : Termo de Referência
- c) Anexo III : Modelo de Declaração referente ao Art. 7º, XXXIII, CF/88;
- d) Anexo IV : Modelo de Carta de Credenciamento;
- e) Anexo V : Declaração de Fatos Impeditivos para Habilitação;
- f) Anexo VI : Modelo de Declaração de que a Proponente cumpre os requisitos de habilitação;
- g) Anexo VII : Minuta de Contrato.
- h) Anexo VIII : Declaração de Microempreendedor Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

#### 2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

**02.03.04.129.0002.2.057 ED 339039 F 49**

- **VALOR ESTIMADO: R\$ 2.615.916,00 (Dois milhões, seiscentos e quinze mil, novecentos e dezesseis reais)**



- **Os Anexos, III, IV, V, VI e VIII supracitados, devendo os mesmos somente ser assinados, por um dos sócios da empresa, restando motivo de inabilitação, desclassificação ou não credenciamento caso não seja observada a formalidade.**

### **3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO .**

**3.1** Poderão participar deste Pregão quaisquer **licitantes** que:

- a) detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste **Pregão**;
- b) atendam os requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste **edital**; e
- c) declarem possuir os documentos de habilitação requeridos no **Item 8 - DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**, através do **Modelo de Declaração de que a Proponente cumpre os requisitos de habilitação (Anexo VI)**, que deverá apresentada **juntamente com o credenciamento, fora dos envelopes, e anexado ao envelope "Proposta"**. (Declaração obrigatória, sem a qual a Empresa não será credenciada.)

**3.2** Não poderão concorrer neste **Pregão**:

- a) empresas que estejam em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou liquidação;
- b) consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- c) empresas estrangeiras que não funcionem no país;
- d) empresas que tenham sido suspensas do direito de licitar por ato desta Administração ou que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública.
- e) Empresas que possuam entre seus sócios servidor da Prefeitura Municipal de Guapimirim /RJ.

### **4. DO CREDENCIAMENTO**

**4.1** No dia, horário e local estabelecidos no preâmbulo deste **edital**, o representante legal da **licitante** deverá apresentar-se ao **Pregoeiro** para efetuar o seu credenciamento como participante deste **Pregão**, munido da carteira de identidade, ou de qualquer outro documento oficial de identificação (com foto), e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante a reunião de abertura dos envelopes de **"Proposta de Preços"** e de **"Documentação"** relativos a este **Pregão**.

**4.1.1** Uma vez dado início ao credenciamento no horário previsto no preâmbulo deste **Edital**, não serão mais aceitos novos participantes no certame.

**4.1.2** Somente poderá participar da **fase de lances verbais** o representante legal da **licitante** devidamente credenciado.

**4.2** Consideram-se como representante legal qualquer pessoa habilitada pela **licitante**, mediante **estatuto/contrato social (ACOMPANHADO DE RG E CPF DO SÓCIO)**, e instrumento público ou particular de **procuração com firma reconhecida em cartório**, que comprove os necessários poderes para praticar todos os atos inerentes ao certame em nome do proponente, ou **Carta de Credenciamento**. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do estatuto ou contrato social, ou instrumento específico no qual estejam expressos seus poderes para exercer e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, ou documento equivalente.

**4.3** Nenhuma pessoa física ou jurídica, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma Licitante.

**4.2.1** Entende-se por documento credencial:



- a) estatuto/contrato social, (ACOMPANHADO DE RG E CPF DO SÓCIO)** quando a pessoa credenciada for sócia, proprietária, dirigente ou assemelhada da empresa licitante, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura; acompanhado de documento pessoal com foto(originals ou cópia autenticada)
- b) procuração** ou documento equivalente da licitante com poderes para que a pessoa credenciada possa manifestar-se em seu nome em qualquer fase deste Pregão,acompanhado de documento pessoal com foto e do Estatuto/Contrato Social.(cópias autenticadas ou acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro).
- C)Carta de credenciamento** segundo o modelo constante do Anexo IV deste Edital, devidamente preenchido, acompanhada da apresentação dos documentos de identidade do credenciado com foto (original ou cópia autenticada) e Estatuto ou Contrato Social (originais ou cópia autenticada) para verificação pelo Pregoeiro.

**Observação:** O instrumento previsto na alínea "a" (**estatuto/contrato social juntamente com RG e CPF do sócio**) deverá acompanhar a Carta de Credenciamento (Anexo IV) ou o instrumento previsto na alínea "b" (**procuração ou documento equivalente da licitante**).

**4.2.2** O documento credencial deverá dar plenos poderes ao credenciado para formular ofertas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interpor recurso, renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, para praticar em nome da licitante todos os atos pertinentes a este Pregão.

**4.2.3** Cada credenciado poderá representar apenas uma licitante.

**4.2.4** O representante legal da licitante que não se credenciar perante o Pregoeiro ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, para representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes "Proposta de Preços" ou "Documentação" relativos a este Pregão. **SOMENTE SERÁ APROVEITADA A SUA PROPOSTA ESCRITA.**

**4.3.** Os documentos referidos nas alíneas "a" e "b" do item 4.2.1, deverão ser apresentados em separado dos envelopes referidos no item 5, durante o ato específico para o credenciamento e/ou representação, e em forma de cópias autenticadas ou acompanhadas dos originais, estes para fins de conferência, sendo que as primeiras farão, posteriormente, parte dos autos, ainda, os mesmos documentos acima mencionados deverão ser acompanhado do Anexo VI (modelo de declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação), bem como, do contrato social no caso do documento referente alínea "b" e documento do credenciado ou sócio da empresa.

**4.3.1** **Quaisquer documentos apresentados em forma de cópias reprográficas deverão estar devidamente autenticadas,ou acompanhadas do originais para sua autenticação.**

#### **4.4 – MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.**

4.4.1 – As microempresas e empresas de pequeno porte, para utilizarem as prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006,alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 deverão apresentar, **fora dos envelopes e juntamente com o credenciamento**, declaração de que ostentam essa condição e de que não se enquadram em nenhum dos casos enumerados no §4º do art. 3º da referida Lei. (ANEXO VIII).

### **5. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**

**5.1** A "**PROPOSTA DE PREÇOS**" e os "**DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**" deverão ser apresentados no dia, hora e local designados para a realização do Pregão, quando assim



solicitados pelo Pregoeiro, aconicionados em envelopes separados e lacrados, identificados com os seguintes elementos:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS			ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO		
<b>PREFEITURA</b>	<b>MUNICIPAL</b>	<b>DE</b>	<b>PREFEITURA</b>	<b>MUNICIPAL</b>	<b>DE</b>
<b>GUAPIMIRIM/RJ</b>			<b>GUAPIMIRIM/RJ.</b>		
<b>PREGÃO Nº 33/2018</b>			<b>PREGÃO Nº 33/2018</b>		
Data e hora da abertura.			Data e hora da abertura.		
Razão Social e CNPJ.			Razão Social e CNPJ.		
Endereço completo do licitante.			Endereço completo do licitante.		

## 6. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 A proposta de preços será apresentada com assinatura do proponente e sem rasuras, emendas ou entrelinhas e, ainda, com as seguintes informações:

- a) Em uma via, emitida somente por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem cotações alternativas, emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, carimbada, rubricadas todas as folhas e assinada por pessoa legalmente habilitada com poderes para comprometer-se pela empresa licitante, podendo utilizar-se da Proposta de Preços. **NÃO SERÃO ACEITAS PROPOSTAS ELABORADAS COM O APROVEITAMENTO DO ANEXO I CONSTANTE DESTE EDITAL.**
- b) Fazer menção ao número deste **Pregão** e conter a razão social da licitante, o CNPJ, número(s) de telefone(s) e de fax e, se houver, *e-mail*, e o respectivo endereço com CEP.
- c) Indicar expressamente a **MARCA** e as especificações, quando couber, além de quaisquer outros elementos que possibilitem evidenciar, com absoluta clareza e quando solicitada, **prospectos e/ou folder técnico**, explicativo, contendo todas as especificações técnicas, para melhor visualização do produto ofertado.
- d) **Preço(s) unitário(s) e total(is) proposto(s) para o(s) objeto(s) ofertado(s)**, expressos em reais, junto aos quais considerar-se-ão inclusas todas e quaisquer despesas incidentes sobre o objeto licitado (tributos, seguros, fretes, garantias, fornecimento de certidões e documentos, encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, gastos com transporte e acondicionamento dos materiais em embalagens adequadas, encargos de qualquer natureza etc.).
- e) **Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos.** As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias corridos. Caso seja indicado prazo de validade da proposta inferior ao mínimo permitido, o pregoeiro efetuará diligência para confirmação, alteração ou desclassificação, conforme for o caso.
- f) **Declarar expressamente, na proposta, de que atende todas as exigências mínimas, de prazos de entrega e quantidades.**
- g) **PRAZO DE PAGAMENTO:** Até 30(trinta) dias após a prestação do serviço.
- h) **LOCAL DO SERVIÇO:** Conforme determinar a Secretaria Municipal de Fazenda
- i) **PRAZO DO SERVIÇO:** O prazo de vigência deste CONTRATO será de 06 (seis) meses a partir da data de sua assinatura e mediante ordem de início de serviço.



**j) OBSERVAÇÃO: Quaisquer dados acima não constantes na Proposta de Preços, após a análise da mesma e considerados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio simplesmente irregularidade formal, que evidencie lapso isento de má fé, poderão ser preenchidos no ato da sessão, pelo representante presente, com a devida autorização do Pregoeiro, desde que não alterem o conteúdo e, também não afete a idoneidade das propostas de preço, não será causa de desclassificação.**

**6.2** Nos valores que forem propostos serão consideradas as seguintes regras:

- a)** quanto à fração relativa aos centavos, apenas os numerais correspondentes às duas primeiras casas decimais que se seguirem à vírgula, sem qualquer tipo de arredondamento;
- b)** discrepância entre os valores expressos em numerais e por extenso, valem estes últimos;
- c)** discrepância entre o valor unitário e o global, vale apenas o primeiro.

**6.3** Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de:

- a)** soma e/ou multiplicação;
- b)** falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes de "propostas de preços" com poderes para esse fim; e
- c)** a falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá também ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados dentro do envelope de "documentos para habilitação".

## **7. DO JULGAMENTO**

**7.1** No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que, obedecendo as condições e especificações estabelecidas neste Edital, apresentar o "**MENOR PREÇO POR ITEM**".

**7.2** No caso de se verificar empate entre duas ou mais propostas e estando superada a fase de oferta de lances verbais, a classificação será obtida mediante sorteio realizado no próprio ato, vedado qualquer outro tipo de procedimento.

## **8. DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**

8.1 Declaração de Fatos Impeditivos para Habilitação (ANEXO V);

8.2 As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidos por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

8.3 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhando de documentos de eleição de seus administradores;

8.4 Cédula de Identidade e CPF do sócio da empresa ou documento equivalente.

8.5 Todos os documentos deverão ser apresentados através de cópias autenticadas ou cópias acompanhadas dos originais, exceto o documento emitido por internet.

## **8.6 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:**

8.6.1 Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores. As proponentes sediadas tanto no Estado do Rio de Janeiro, quando em outros Estados, onde suas Comarcas possuem Cartório único para



expedição da Certidão supracitada deverão apresentar Declaração expedida pela autoridade competente indicando quais são os Cartórios aptos para expedir as referidas Certidões de Falência e Concordata.

8.6.2 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta; As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela junta comercial.

8.6.3 Prova de capital integralizado ou de patrimônio líquido no mínimo de 5% (cinco) sobre o valor estimado da licitação, na forma prevista pelos § 2º e 3º do Artigo 31 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. Esta prova deverá ser feita com documento que comprove o registro do ato correspondente.

### **8.7 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

8.7.1 Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade com o objeto contratual.

8.7.2 Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

8.7.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante apresentação da Certidão de Quitação de Tributos Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal e da Certidão Quanto a Dívida Ativa da União expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

8.7.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação da Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda da sede da licitante e da Certidão Quanto a Dívida Ativa do Estado expedida pela Procuradoria Geral do Estado da sede da licitante;

8.7.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação da Certidão de Regularidade Fiscal expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda da sede da licitante e/ou da Certidão Quanto a Dívida Ativa do Município expedida;

8.7.6 Certidão Negativa de Débitos – CND ou Certidão Positiva com efeito de Negativa relativa à Seguridade Social (INSS);

8.7.7 Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de serviço (FGTS), expedido pela Caixa Econômica Federal em validade, nos termos do Art. 195, § 3º da Constituição Federal;

8.7.8 Declaração de cumprimento ao disposto na Constituição Federal – Art. 7, inciso XXXIII, conforme ANEXO III;

8.7.9 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) (incluído pela Lei nº 12.440 de 2011).

8.7.10 O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões se necessário, para verificar as condições de habilitação das licitantes, no entanto, não se responsabilizará pela possível indisponibilidade desses sistemas, quando da consulta no julgamento da habilitação, sendo de inteira responsabilidade da licitante a comprovação de sua habilitação. A verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

8.7.11 Os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

8.7.12 Todos os documentos deverão estar em nome e CNPJ da matriz ou todos em nome e CNPJ da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e os atestados de capacidade técnica, que podem ser apresentados tanto em nome da matriz e/ou em nome da filial.



### **8.8 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

8.8.1 Comprovação de aptidão da licitante (pessoa jurídica) para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através de certidão(ões) ou atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove que o licitante forneceu, a contento, os itens da mesma natureza ou similar, objeto aqui licitado.

8.8.1.1 – Somente será considerado válido o Atestado que contenha o timbre da referida entidade pública ou privada, CNPJ, endereço, devendo ser datado e assinado por pessoa física identificada por seu nome e cargo na entidade, estando estas informações sujeitas a conferência.

### **8.9 – MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:**

8.9.1 – A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de retirada de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.9.2 - havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte adjudicatária deste certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.9.3 – a falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação ou revogar a licitação.

## **9. DA SESSÃO DO PREGÃO**

**9.1** A sessão de recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e os documentos para habilitação será realizada no local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, sendo recomendável a presença dos participantes com 10 (dez) minutos de antecedência em relação ao horário previsto para a sua abertura, especialmente quando necessária a autenticação de documentos, e desenvolver-se-á da seguinte forma:

**9.1.1** Declarada aberta a sessão, serão convidados os representantes das empresas que se fizerem presentes para apresentarem junto à mesa os documentos necessários ao credenciamento e/ou representação, na forma do item 4 do edital, os quais poderão ser vistos e conferidos por todos os participantes e, necessariamente, rubricados.

**9.1.2** Em seguida serão anunciadas as empresas legalmente representadas, devendo tais empresas efetuar a entrega dos envelopes com as propostas de preços e de documentos para habilitação, apresentados na forma do item 5.

**9.1.3** Abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, escolha daquela que apresentar o **MENOR PREÇO POR ITEM**, classificação daquelas cuja variação situar-se no limite de até 10% (dez por cento) acima do menor preço total do lote ou, em não havendo pelo menos 3 (três) propostas naquelas condições, escolha de tantas quantas forem necessárias, na ordem crescente do preço ofertado, para alcançar o número mínimo de 3 (três) participantes, exceto se igual ou maior número de licitantes não estiver participando do certame.



**9.1.4** Análise de todas as propostas quanto à sua conformidade com as exigências do Edital, procedendo-se a desclassificação daquelas desconformes e a sua substituição por outra, de forma a definir aquelas que se encontrarem aptas para a fase de lances verbais.

**9.1.5** Início da fase dos lances verbais, os quais serão formulados pelos proponentes de forma sucessiva, em valores numéricos distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta de maior preço, observando o seguinte:

**9.1.5.1** **As rodadas de lances verbais serão repetidas quantas vezes forem necessárias, tendo como tempo máximo o período de 10 (dez) minutos para a conclusão dos lances verbais de cada Item. A critério do Pregoeiro, o referido período poderá ser prorrogado.**

**9.1.5.2** A cada nova rodada será efetivada a classificação momentânea das propostas, de forma a definir a seqüência dos lances ulteriores.

**9.1.5.3** O lance inicial ofertado deverá sempre cobrir o valor da proposta de menor preço, e a partir de então o lance de menor valor da rodada em andamento ou precedente, conforme o caso.

**9.1.5.4** A desistência em apresentar lance verbal, quando para esse fim convocado, implicará na exclusão do licitante quanto à fase de lances verbais, mantendo-se, todavia, o último preço por ele apresentado para efeito da classificação final das propostas.

**9.1.5.5** A desistência dos lances ofertados sujeita o seu proponente às penalidades cabíveis.

**9.1.5.6** **Ofertados os lances verbais, o Pregoeiro solicitará a todas as licitantes que efetivaram lances, a redução a termo dos últimos lances ofertados.**

**9.1.6** Encerrada a etapa de oferta de lances, as propostas serão ordenadas exclusivamente pelo critério de menor preço, sendo objeto de exame e decisão motivada quanto à aceitabilidade do valor apresentado por aquela classificada em primeiro lugar.

**9.1.7** Sendo aceitável a oferta da proposta classificada em primeiro lugar, em relação ao seu proponente será verificado o atendimento das condições habilitatórias, mediante abertura do respectivo envelope de documentação, na forma do item 8 deste Edital.

**9.1.8** Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o proponente será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o respectivo item do Pregão.

**9.1.9** Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, serão examinadas as ofertas subseqüentes, inclusive quanto a sua aceitabilidade, por ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda a todas as exigências editalícias, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o correspondente objeto.

**9.1.10** Caso ocorram as hipóteses dos subitens 9.1.7 e 9.1.8, ou de não haver oferta de lances verbais, ou mesmo quando houver ofertas de lances verbais, após a decisão do pregoeiro, em qualquer dos casos, quanto à aceitabilidade da proposta ainda será lícito ao pregoeiro negociar diretamente com o proponente para a obtenção de preço melhor do que aquele ofertado.

**9.1.11** Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, ao final assinada pelo Pregoeiro e licitantes presentes, facultada a assinatura dos membros da equipe de apoio e ouvintes, na qual serão registrados todos os fatos relevantes da sessão, inclusive quanto ao previsto no item 11.1.

**9.1.11.1.** A adjudicação do objeto obedecerá a estrita ordem de classificação e será praticada pelo pregoeiro na própria ata de reunião.

**9.1.12 – MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**





**9.1.12.1** A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, nos termos do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006, com preços iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de melhor preço, será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, de acordo com o estabelecido no § 3º do artigo 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

**9.1.12.2** Não ocorrendo a apresentação da proposta da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas, na ordem classificatória, as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese acima, para o exercício do mesmo direito.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

**10.1** Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

**10.1.1** Caberá ao Pregoeiro decidir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a impugnação interposta.

**10.1.2** Se procedente e acolhida a impugnação do edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame.

## **11. DOS RECURSOS**

**11.1** A manifestação da intenção de interpor recurso, pleiteada pela licitante, deverá ser feita ao final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões de recorrer, momento a partir do qual será concedido ao interessado o prazo de **3 (três) dias** para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar as contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**11.1.1** A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão deste **Pregão**, implicará **decadência e preclusão** desse direito da **licitante**, devendo o Pregoeiro adjudicar o objeto à **vencedora**.

**11.2** Na hipótese da interposição de recurso, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na CPL – Comissão Permanente de Licitação, no local indicado para a realização do certame, em dias úteis, no horário das 10:00 às 16:00 horas.

**11.3** Os **recursos** deverão ser dirigidos ao Exmº. Sr. Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, via Protocolo Geral, e observarão:

- a) quanto à sua interposição, o prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da manifestação de sua intenção de recorrer, registrada em ata;
- b) a forma escrita, com a assinatura do licitante ou seu representante legal;
- c) a legitimidade e o interesse recursais;
- d) a fundamentação.

## **12. DA CONTRATAÇÃO**

**12.1.** Fica estipulado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a partir do recebimento da notificação para que a adjudicatária, assine o instrumento contratual sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Artigo 81 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;



12.1.1 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração, podendo esta, se assim o entender, utilizar-se de prerrogativa prevista no § 2º do Art. 64 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações;

### **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO :**

**13.1** O objeto deste Pregão poderá ser adjudicado pelo Pregoeiro ou pelo gestor, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação;

**13.2** A homologação deste pregão compete a Secretaria Municipal de Fazenda.

### **14. DAS PENALIDADES :**

**14.1** Pela inexecução total ou parcial da entrega, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à vencedora, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93, na Lei nº 10.520/2002 e Decretos 753/2007 e 803/2009;

**14.1.1** Advertência, nas hipóteses de execução irregular na entrega do objeto, que não resulte prejuízo para o serviço deste Município;

**14.1.2** Multa, prevista na forma do item 13.2, nas hipóteses de inexecução da entrega do objeto, com ou sem prejuízo para o serviço;

**14.1.3** Suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com este Órgão, por período de até 12 (doze) meses, nas hipóteses e nos termos da Lei n. 10.520/2002 e Decretos n. 753/2007 e 803/2009;

**14.1.4** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 12 (doze) meses, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicar a penalidade, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei n. 8.666/93.

**14.1.4.1** A aplicação da sanção de Declaração de Inidoneidade implica na inativação do cadastro do fornecedor ou interessado junto à Prefeitura Municipal de Guapimirim/RJ, impossibilitando-o de relacionar-se comercialmente com a Administração Pública Municipal, no âmbito dos demais Órgãos/entidades que o utilizam.

**14.2** Caso a licitante declarada vencedora se recuse a entregar o objeto, ser-lhe-á aplicada a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

**14.3** A multa prevista neste item será aplicada até o limite de 10% (dez por cento), o que não impede, a critério da administração da Prefeitura Municipal de Guapimirim/RJ, a aplicação das demais sanções a que se refere o item 13.1.

**14.4** Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título também cabem recursos, a serem interpostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato, observando, no que couber, as regras do item 11.3 do presente Edital.

### **15. DO PAGAMENTO**

**15.1** O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias, após o fornecimento, pela Secretaria Municipal de FAZENDA com base nas Notas Fiscais apresentadas pela vencedora,



devidamente atestadas por 02 (dois) servidores da Secretaria Municipal de Fazenda, sendo protocoladas no setor próprio desta Prefeitura.

## **16. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**16.1** O CNPJ da Prefeitura Municipal de Guapimirim/RJ é 39.547.500/0001-83.

**16.2** Ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior é facultado, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

**16.3** A simples participação na licitação implicará no conhecimento e aceitação tácita das condições estabelecidas neste Edital.

**16.4** As normas que disciplinam este pregão presencial serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

**16.5** Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes dos Decreto n. 753/2007 e 803/2009.

**16.6** Não serão levadas em consideração as propostas que fizerem referência às de outras licitantes ou que apresentem qualquer oferta de vantagem não prevista, tal como proposta alternativa.

**16.7** Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com os termos deste Edital.

**16.8** Quaisquer esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto da presente licitação poderão ser obtidos junto CPL – Pregoeiro e Equipe de Apoio, na sede da Prefeitura Municipal de Guapimirim/RJ, sito à Av. Dedo de Deus, 1161 – Centro – Guapimirim/RJ, e, pelo telefone (21) 2632-2412, em dias úteis, no período das 10:00 às 16:00 horas.

Guapimirim/RJ, 06 de Abril de 2018.

**LUCIMAR SIMAS DA S.TITO**  
**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA**



**ANEXO I**

**ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**  
PROPOSTA DE PREÇO

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2018**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DE BASE DE DADOS TERRITORIAL, REVISÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES – PGV, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS, COM FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA, SUPORTE E MANUTENÇÃO, TREINAMENTO E TRANSFERÊNCIA TECNOLÓGICA.**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VAL. UNIT	VAL. TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO INCLUINDO GEOPROCESSAMENTO E RECADASTRAMENTO IMOBILIÁRIO DE APROXIMADAMENTE 45.000 UNIDADES IMOBILIÁRIAS RESPECTIVAMENTE E AT - CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO INCLUINDO GEOPROCESSAMENTO E RECADASTRAMENTO IMOBILIÁRIO DE APROXIMADAMENTE 45.000 UNIDADES IMOBILIÁRIAS RESPECTIVAMENTE E ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES, NO MUNICÍPIO DE GUAPIMIRIM/RJ.	SER	45000		R\$ 58,1315	R\$ 2.615.916,00

- **VALOR ESTIMADO: R\$ 2.615.916,00 (Dois milhões, seiscentos e quinze mil,novecentos e dezesseis reais)**



**Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos.**

**Declarar expressamente, na proposta, de que atende todas as exigências mínimas, de prazos de entrega e quantidades.**

**PRAZO DE PAGAMENTO:** Até 30(trinta) dias após a prestação do serviço.

**LOCAL DO SERVIÇO:** Conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Fazenda

**PRAZO DO SERVIÇO:** O prazo de vigência deste CONTRATO será de 06 (seis) meses a partir da data de sua assinatura e mediante ordem de inicio de serviço.

**OBS: A empresa declarada vencedora apresentará, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, à partir do resultado final da habilitação declarando a licitante vencedora, nova planilha detalha respeitando o valor final da licitação.**



## ANEXO II

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DE BASE DE DADOS TERRITORIAL, REVISÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES – PGV, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS, COM FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA, SUPORTE E MANUTENÇÃO, TREINAMENTO E TRANSFERÊNCIA TECNOLÓGICA, conforme especificado abaixo:

#### **SERVIÇOS E FORNECIMENTOS A CARGO DA CONTRATADA:**

- \_ VALIDAÇÃO DAS ORTOFOTOS, NA ÁREA REFERENTE AO LIMITE DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE GUAPIMIRIM/ RJ, TOTALIZANDO APROXIMADAMENTE 180 KM<sup>2</sup>.
- \_ PREPARAR BASE CARTOGRÁFICA MUNICIPAL PARA AS ATIVIDADES DE GESTÃO CADASTRAL COM EDIÇÃO ADEQUADA DA CARTOGRAFIA E CHAVEAMENTO DA MESMA COM O CADASTRO IMOBILIÁRIO MUNICIPAL ATRAVÉS DE VETORIZAÇÃO PLANIMÉTRICA, INCLUINDO TODA MALHA URBANA.
- \_ A ESTRUTURAÇÃO DA MALHA DE IMÓVEIS URBANOS ESTARÁ CONTEMPLANDO APROXIMADAMENTE 45.000 UNIDADES (OCUPADOS, DESOCUPADOS, ABANDONADOS, LOTES VAZIOS).
- \_ IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO E TREINAMENTO DOS SISTEMAS C.T.M./

#### **S.I.G. DA PREFEITURA DE GUAPIMIRIM / RJ.**

- \_ DESENVOLVER ROTINAS QUE POSSIBILITEM A IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DOS DADOS ENTRE AS BASES DE DADOS DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO DA PREFEITURA DE GUAPIMIRIM / RJ.



### 1. DA JUSTIFICATIVA:

Em 2015, através do processo TCE/RJ N° 218.942-9/2015 objeto do processo 303.456-4/2014, o douto órgão realizou uma inspeção com o intuito de verificar as condições de organização e funcionamento do controle dos impostos imobiliários – ITU e ITBI do Município de Guapimirim.

Assim, diante dos critérios de materialidade encontrados pela Corte de Contas, ficaram constatadas algumas inconsistências que prejudicavam a arrecadação Municipal.

#### **São elas:**

- ✓ Ausência de Revisão da Planta Genérica de Valores;
- ✓ Ausência de comprovação de referência às normas técnicas na elaboração da PGV;
- ✓ Inexistência de previsão legal da progressividade fiscal graduada das alíquotas de IPTU;
- ✓ Inexistência de alíquotas seletivas de IPTU em função da capacidade contributiva;
- ✓ Legislação do IPTU não disponibilizada para consulta;
- ✓ Legislação do ITBI não disponibilizada para consulta;
- ✓ Inexistência de Lei instituidora de Plano Diretor;
- ✓ Existência de obrigação acessória que institui o pagamento do ITBI antecipado ao fato gerador;
- ✓ Irregularidades na atualização monetária da base de cálculo do IPTU;
- ✓ Irregularidades no lançamento do IPTU;
- ✓ Irregularidades no arbitramento do ITBI;
- ✓ Falta de transparência dos atos de gestão do IPTU.



Apresentadas tais inconsistências, o TCE/RJ sugeriu a época que Chefe do Poder Executivo enviasse propostas à Corte para melhoria e solução dos apontamentos acima, todavia, nenhuma ação efetiva foi tomada.

Então, coube a atual gestão, com fim em obedecer aos ditames impostos pelos órgãos de controle, a incumbência de melhorar a arrecadação Municipal e a tarefa de sanear e atualizar os bancos de dados da Prefeitura, trazendo um novo cadastramento/recadastramento dos imóveis locais.

Em um primeiro momento, a Prefeitura Municipal de Guapimirim resolveu aplicar a Planta Genérica de Valores – PGV – publicada e sancionada pela Lei 436 de 20 dezembro de 2002. Esta atitude trouxe um embate para o Executivo, pois, aplicando de imediato o que a Lei demandava, os impostos tiveram aumento considerável, levando a População a promover Ações Judiciais e a um sem número de reclamações nas redes sociais.

Tal desconforto, fez com que o Prefeito Zelito Tringuelê procurasse a Defensoria Pública do Estado – DPERJ -, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPERJ - e o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ, para que com a ajuda destes órgãos a Prefeitura pudesse lançar seus impostos (IPTU e ITBI) em consonância com as obrigações ora impostas ao ente, e sem que cometesse qualquer irregularidade ou ilegalidade neste ato.

Desta forma, em 09 de Novembro de 2017, de forma inédita, a Prefeitura de Guapimirim, o MPERJ, DPERJ e o TCE/RJ assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC – delineando as obrigações as quais o Município deverá cumprir para que, de forma transparente e legal, passe a exigir o pagamento justo pela área ocupada pela População dentro do perímetro do Município.

## **2. DO OBJETIVO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:**

O presente tem por objetivo a Contratação de empresa com objetivo de implantação de sistema de Gestão de Dados, apresentando em uma Estrutura S.I.G. (Sistema de Informações Geográficas), contemplando a implantação de um novo C.T.M..(CADASTRO TECNICO MULTIFINALITÁRIO), e os mesmos, Integrados ao Sistema de Arrecadação Tributária Municipal, referente ao município de GUAPIMIRIM - Estado do Rio de Janeiro, conforme as especificações e características fixadas neste Edital e seus respectivos anexos, juntamente com a VISITA TÉCNICA, nos termos deste Edital, tudo em acordo





com, Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e, ainda, com as condições gerais e especificidades deste.

### **3. DA METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO, GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

As metodologias utilizadas deverão ser específicas aos serviços a serem gerados, estarem compatibilizadas com as especificações técnicas definidas neste Termo

, bem como os equipamentos, softwares e Corpo Técnico necessários. Deverão estar contemplados também o sistema de controle da qualidade a ser empregado, cronograma físico contendo os prazos de execução de cada etapa, de entrega dos produtos finais e um fluxograma mostrando a correlação entre as diversas etapas dos trabalhos. Caberá a Equipe Técnica e Fiscais da Prefeitura:

- ✓ Definir e apresentar a Contratada quais as Áreas, Bairros e Setores que farão composição dos serviços;
- ✓ Acompanhar e Fiscalizar todos os serviços a serem executados e entregues propostos neste Edital.
- ✓ Acompanhar e Fiscalizar todas as Irregularidades apontadas e encontradas em seus respectivos Cadastros através de relatórios apresentados pela Empresa Contratada, garantindo em tempo hábil para que a mesma possa realizar a entrega dos serviços propostos no cronograma. Os responsáveis pelo processo de acompanhamento, fiscalização e controle dos serviços deverão ser designados por Ato Administrativo e o exercício dessa responsabilidade compreende o acompanhamento dos serviços através de reuniões com a Empresa Contratada que for executar os serviços, através do recebimento e análise dos relatórios periódicos, no máximo de periodicidade mensal, que deverá ser elaborado acerca do desenvolvimento dos trabalhos, da inspeção periódica nos locais em que a Empresa Contratada estiver executando os serviços e, através do recebimento e análise dos produtos parciais e finais entregues.

### **4. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:**

As especificações técnicas deverão ser observadas na contratação e execução dos serviços, sendo aplicáveis também, no que couber as normas vigentes e procedimentos usuais para cada etapa de trabalho, de modo a garantir a precisão e a qualidade dos



serviços, devendo atender especificamente à seguinte Legislação atual: Plano Diretor Municipal , Código Tributário Municipal.

#### **5. DOS PRODUTOS FINAIS DE CADA ETAPA:**

Tendo em vista a necessidade dos serviços a serem contratados, apresentamos abaixo as especificações mínimas que devem ser atendidas, em quantitativos e produtos finais em cada etapa de trabalho abaixo:

##### **Etapa 1. Plano de Trabalho**

Devera ser apresentado um plano de trabalho e levantamento de informações necessárias para a realização do trabalho.

##### **Etapa 2. Recobrimento aerofotogramétrico.**

Nessa etapa será necessária a realização do imageamento aéreo colorido digital, com 10 cm de pixel e a geração de ortofotocartas em escala de 1:1000 de toda área urbana do município de Guapimirim.

##### **Etapa 3. Imageamento móvel terrestre.**

Nessa etapa devera ser realizado um mapeamento panorâmico de todas as ruas do município da área urbana, através do imageamento terrestre panorâmico 360° colorido a nível de rua, cobrindo todo o arruamento/logradouro existentes no município, com imagens de alta resolução, igual ou superior a 5MP, coletadas por 6 sensores (câmeras) simultaneamente, para serem consumidas com uma visão panorâmica continua e sistema que permita o uso dessas imagens.

##### **Etapa 4. Restituição cartográfica.**

Nessa etapa será restituída toda a área urbana do município de Guapimirim sendo que a restituição será realizada em escala 1:1000 com padrão de exatidão cartográfica PEC classe A.

##### **Etapa 5. Geocodificação e informações complementares.**

Nessa etapa os produtos definidos referem-se a três feições (Lotes, Edificações e, Eixos de Pista) oriundas da restituição cartográfica que deve receber além da geocodificação imagens da fachada e informações complementares.

Os dados apurados deverão ir para o sistema tributário através do webservice de integração entre o sistema de geoprocessamento e o sistema tributário do município de Guapimirim.



Etapa 6. Revisão do cadastro técnico.

Nessa etapa todos os imóveis que sofrerem alterações cadastrais, deverão ser revisados pelos fiscais do contrato e pelos técnicos responsáveis da empresa contratada com o intuito de validar o trabalho realizado e atualizar o BCI.

Etapa 7. Sistema de informações geográficas e módulos.

O sistema devera permitir verificar todos os imóveis que sofreram alterações além de apresentar modulo de calculo de área construída, com simulações de lançamento permitindo que o município defina as áreas de corte

Etapa 8. Atualização da planta genérica de valores – PGV.

Nessa etapa devera ser elaborada uma nova planta genérica de valores (PGV) para ser apresentada e estudada a possibilidade de implementação. A PGV será elaborada conforme as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Etapa 9. Treinamento.

Nessa etapa será realizado o treinamento e a transferência de conhecimento e tecnologia para os servidores públicos indicados pela prefeitura.

Etapa 10. Suporte.

Apos a finalização dos serviços, o suporte técnico será mantido por 12 (doze) meses.

#### 5.d.) ESTRUTURAÇÃO DA MALHA URBANA:

##### 5.d.1.) MALHA URBANA - DOS LOTES URBANOS (45.000 IMÓVEIS):

Deverão ser lançadas "sobre malha urbana do Município de Guapimirim", as informações gráficas, referentes às divisas legais dos terrenos urbanos, retiradas das plantas de loteamento ou dos processos de desmembramento ou remembramento de lotes, disponibilizados pelo cadastro imobiliário da Contratante, e efetuar-se a compatibilização entre essas divisas legais com os limites físicos dos imóveis representados pela restituição fotogramétrica, de forma a correlacionar-se os imóveis representados na cartografia com as suas respectivas codificações de inscrição imobiliária, ou seja, executar o Chaveamento entre Base Cartográfica e o Cadastro Imobiliário da Prefeitura;

Dever-se-á estruturar Cadastro de Loteamentos, Desmembramentos e Urbanizações, através da nova Base Cadastral atualizada, condições para o georeferenciamento de Processos Administrativos que digam respeito ao uso e ocupação do solo;



A empresa a ser CONTRATADA, deverá gerar informações através de relatórios de "INCONSISTÊNCIAS ENCONTRADAS", identificadas por cada Setor (Prefeitura), apresentando sempre na forma de relatórios, e na forma visual, para que os respectivos Setores, possam efetuar as devidas fiscalizações posteriores, tais como: novos desmembramentos, terrenos que hoje existam residências, devendo a Empresa Contratada dar suporte nestes procedimentos e se necessário efetuar deslocamentos juntamente com a equipe da Prefeitura;

Os imóveis apontados através de relatórios de "INCONSISTÊNCIAS ENCONTRADAS", referente aos arquivos digitais dos lotes e das edificações, arquivos em arquivo CAD (DWG ou DXF), no Sistema C.T.M. /S.I.G. que não estiverem cadastrados no Sistema de Gestão Tributária do Município de Guapimirim/RJ, deverão ser fiscalizados e colhidas as devidas informações dos respectivos B.I.C.'s por Fiscais e Equipe da Prefeitura Municipal de Guapimirim/RJ, para posterior cadastro nos respectivos sistemas, para que se possa executar o Chaveamento entre a base cartográfica e o cadastro da Prefeitura;

Deverá ser gerada uma "Planta de Referência Cadastral", em escala 1:10.000, para toda a área urbana de Guapimirim/RJ. Deverão ser criados novos *links* de vinculação entre a nova Base Cartográfica e as informações atuais contidas no Cadastro Imobiliário da Prefeitura Municipal, com ao menos 1 (uma) foto Frontal atual, de cada imóvel;

A Estruturação da malha de lotes urbanos estará contemplando aproximadamente 45.000 no Município de Guapimirim / RJ.

#### 5.d.2.) Levantamento Fotográfico Frontal de todos imóveis:

A empresa a ser contratada, na vigência do contrato, deverá realizar um levantamento fotográfico digital frontal, atualizado, de cada imóvel (mínimo de uma foto frontal), num total de 45.000 imóveis, e coletando algumas informações do imóvel como número de pisos e uso, em caso de lote vago, se possui muros, cercas ou algo que o delimite;

Os imóveis apontados através de relatórios da Empresa Contratada, referente aos arquivos digitais dos lotes e das edificações, arquivos em CAD (DWG ou DXF), apontados no Sistema C.T.M./S.I.G., que não estiverem cadastrados no Sistema de Gestão Tributária do Município de Guapimirim / RJ , deverão ser fiscalizados e colhidas as devidas informações dos respectivos B.I.C.'s por Fiscais e Equipe da Prefeitura Municipal de Guapimirim/RJ, para posterior cadastro nos respectivos sistemas.

#### 5.d.3) DA DIGITALIZAÇÃO DO ACERVO DO CADASTRO MUNICIPAL:



A Empresa Contratada deverá entregar:

- ✓ Um Arquivo digital contendo um conjunto de todas as imagens dos boletins cadastrais (B.I.C.) existentes no setor de Cadastro Imobiliário, (45.000 B.I.Cs) devidamente consistidos e organizados por setor, quadra, lote e respectivo numero de BIC;
- ✓ Um Arquivo digital de todo Acervo Cartográfico existente do Município de Guapimirim/RJ (Cadastro Imobiliário);

5.e.) ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SISTEMAS E PRODUTOS FINAIS:

Segue abaixo os produtos finais com suas respectivas Especificações Técnicas mínimas exigidas ao final de cada etapa de trabalho a serem entregue pela Empresa Contratada:

5.e.1.) Da Implantação, Instalação e Treinamento dos Sistemas C.T.M./S.I.G.(Prefeitura Municipal de Guapimirim/RJ)

5.e.1.1.) Implantação, instalação e treinamento de usuários de SISTEMA C.T.M./S.I.G que atenda as seguintes áreas: Implantação, instalação e treinamento de usuários de SISTEMA C.T.M./S.I.G. - (CADASTRO TECNICO MULTIFINALITÁRIO) - PREFEITURA, com rotina de atualização de dados, juntamente ao Novo Sistema de Gestão Pública, a ser implantado no Cadastro Imobiliário do Município de Guapimirim/RJ.

5.e.1.2)Execução de rotinas que possibilitem a Integração dos dados do C.T.M. Desenvolvimento de rotinas que possibilitem a importação e exportação dos dados entre as bases de dados do Cadastro Técnico Multifinalitário - PREFEITURA, com o novo sistema de gestão tributária da Prefeitura;

5.e.2.) Requisitos Técnicos mínimos que deverão compor os Sistemas de CADASTRO TECNICO MULTIFINALITARIO (C.T.M.) e Sistema de Informações Geográficas (S.I.G.) com licenças por tempo indeterminado que serão contratados são:

Possibilitar acesso de todas as Secretarias, incluindo autarquias, aos Sistemas C.T.M./S.I.G.

Banco de Dados:

- ✓ Com suporte de dados espaciais, de Código aberto;
- ✓ Banco de Dados Licenças de conexões ilimitadas;



- ✓ Banco de dados segurança de acesso visando permitir definição de grupos e perfis e ainda limitação de host de acesso;
- ✓ Banco de dados integridade de dados com controle de transações;

**A Contratante, parte interessada na contratação dos serviços, deverá prover estrutura física de integração (Internet, Hardware, Rede/Servidor), para que a Empresa Contratada instale e execute os serviços contratados e os usuários consigam acessar informações através do C.T.M./S.I.G., atendendo as Seguintes os Setores de:**

- ✓ Administração, Finanças, Procuradoria Geral do Município,.
- ✓ As Camadas Geográficas a serem implantadas e disponibilizadas pelo C.T.M./S.I.G, deverão atender o município, nos seguintes tópicos:
  - **Camada de Malha Urbana completa** - Camada de Identificação de Ruas, Ferrovias, Quadras, Lotes, construções;
  - Camada de Identificação de Por Tipos de: Lotes, Construções (Residenciais, Comerciais, Mistas, Industrial), Prédios Públicos, Escolas, Segurança Pública, Prédios da Saúde (Hospitais, Postos de Atendimentos);
  - Camada de Identificação de Equipamentos Públicos, Equipamentos da Saúde, Equipamentos da Educação;
  - Camada de Identificação de Parques, Praças e Areas de Lazer;
  - ✓ **Camada de Gestão de Receita Tributária**
    - Camada de imóveis Isentos de cobrança de IPTU;
    - Camada de IPTU: pagos a vista ou parcelados;
    - Camada de IPTU: em debito no Exercício;
    - Camada de DIVIDA ATIVA: em DÉBITOS;
    - Camada de DIVIDA ATIVA: Débitos parcelados;
    - Camada de Contribuintes de ISS Ativos em dia e em débitos;
    - Camada que possibilite a Gestão de Planta de Valores Geográfica, disponibilizando recursos para que possa auxiliar na Criação, Atualização e reestruturação de ZONAS FISCAIS e atualização do zoneamento da PGV (Planta Genérica de Valores);
    - Camada para gestão de IPTU PROGRESSIVO;

**\_ Dos Relatórios do Sistema C.T.M./S.I.G. a ser implantado, que deverá apresentar as seguintes informações mínimas:**



## **1\_ Da Malha Urbana;**

- Relação de Imóveis;
- Ficha do Imóvel ;
- Relação de Equipamentos Públicos;
- Croqui de Quadra;
- Impressão de Mapas;

## **2\_ Da Receita Tributária:**

- Relação de Lotes Vagos;
- Relação de Áreas Irregulares;
- Notificação/comunicado de irregularidades;
- Notificação/comunicado de irregularidades em Massa;
- Impressão de Mapas;

## **5.F) Dos Serviços:**

✓ Elaborar a Planta Genérica de Valores Imobiliários do Município de Guapimirim/RJ.

✓ **Comissão de Valores Imobiliários:**

**O serviço será executado a partir da nomeação da Comissão de Valores Imobiliários, tendo como parâmetros:**

- A origem, a capacidade técnica e a quantidades de componentes;
- A disponibilidade de tempo dos componentes;
- A definição, em conjunto com a Empresa Contratada, da melhor metodologia a ser adotada;

## **5.G.) DA EQUIPE TÉCNICA E DE APOIO E SUPORTE POS INSTALAÇÃO:**

Por ser um serviço considerado Técnico Especializado, será necessário, na execução do Projeto Proposto e sua vigência, a indicação de uma Equipe Técnica, que vai responder



pela Execução dos Serviços deste Termo, estando estes acompanhando toda a sua execução. Profissional credenciado Junto ao CREA ou CAU, sendo este o Responsável técnico por todo o Projeto, no mínimo 01 (um) Arquiteto e Urbanista;

Por se tratar de implantação de sistemas, a empresa a ser contratada, deverá manter no mínimo 01 (um) Profissional Graduado na área de Informática (TI), durante o período de implantação, treinamento e manutenção, dos respectivos sistemas a serem contratados até a finalização do Contrato a ser firmado entre as Partes;

A Empresa Contratada deverá comprovar que a Equipe Técnica mínima exigida acima, faz parte de seu Corpo Técnico, apresentando documentos que:

Contrato de Prestação de Serviços ( registrado em cartório), sendo a comprovação da experiência através de Currículo;

Contrato de Serviços de Consultoria Técnica Especializada ( registrado em cartório), sendo a comprovação da experiência através de Currículo;

Que faça parte do quadro de funcionários da empresa com comprovação de Registro de Carteira de Trabalho com no mínimo 06(seis) meses de Contratação.;

#### 6.) DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

##### i.Dotação Orçamentária

a.02.03.04.129.0002.2.057 - 33.90.39 – 49

b.A fiscalização do contrato ficará a cargo de designação posterior através de portaria a ser publicada para tal fim.

#### 7.) DA ESTIMATIVA DE CÁLCULO DA QUANTIDADE DE IMÓVEIS A SER EXECUTADO:

a)Considerando que:

i.Total estimado de imóveis: 45.000

ii.O TR é estimativo, o custo de cada fase deverá ser apurado após a coleta das cotações na forma da legislação vigente.





iii.O cronograma físico financeiro deverá constar no corpo do TR, para maior transparência dos licitantes do certame;

iv.Todos os serviços os serviços deverão ser apresentados e entregues em cada fase de execução e na forma prevista para cada item apresentado no TR.

v.A totalidade de serviços a serem executados, podemos considerar a estimativa de imóveis existentes seguindo os seguintes parâmetros:

- a. Total de imóveis atuais calculados: 33.225;
- b. Imóveis residenciais: 15.825;
- c. Demais imóveis: 17.400.
- d. Total de ligações de energia indicadas pela fornecedora: 23.506
- e. Percentual de imóveis não cadastrados – Estimativa: 48,50%
- f. Total de imóveis estimados após recadastramento: 45.000 a 49.300 unidades



**DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS A EXECUTAR**

ITEM	QUANTIDADE ESTIMADA	DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	45.000	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO (CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO) INCLUINDO GEOPROCESSAMENTO E RECADASTRAMENTO IMOBILIÁRIO DE APROXIMADAMENTE 45.000(QUARENTA E CINCO MIL) UNIDADES IMOBILIÁRIAS RESPECTIVAMENTE E ELABORAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES, NO MUNICÍPIO DE GUAPIMIRIM/RJ, CONFORME DETALHES CONTIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.		



### **CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO**

**O CRONOGRAMA FINANCEIRO OBEDECERÁ RIGOROSAMENTE AO CRONOGRAMA FISICO DE EXECUÇÃO, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DE BASE DE DADOS TERRITORIAL, REVISÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES - PGV, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS, COM FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA, SUPORTE E MANUTENÇÃO, TREINAMENTO E TRANSFERÊNCIA TECNOLÓGICA SENDO EFETUADO PAGAMENTOS MEDIANTE CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E CONSTATAÇÃO DA COMISSÃO TÉCNICA SEGUINDO O CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO ABAIXO DESCRITO E SUAS RESPECTIVAS ETAPAS, SENDO QUE O PAGAMENTO SERÁ DIVIDIDO EM 6 (SEIS) ETAPAS, SENDO UMA DE MOBILIZAÇÃO E CINCO SUBSEQUENTES.**

ITEM TERMO DE REFERÊNCIA	DESCRIPTIVO DO ITEM	PERÍODO DE EXECUÇÃO	CRONOGRAMA DE PAGAMENTO / DESEMBOLSO
1	Plano de Trabalho	Em até 60 dias	25% do Contrato
	Recobrimento aerofogramétrico		
2	Imageamento móvel terrestre	Em até 90 dias	30% do Contrato
	Restituição cartográfica		
3	Geocodificação e informações complementares	Em até 120 dias	15% do Contrato

4	Revisão do cadastro técnico	Em até 120 dias	15% do Contrato
5	Sistema de informações geográficas e módulos	Em até 120 dias	7,5% do Contrato
6	Suporte Treinamento	Em até 180 dias	7,5% do Contrato

**OBSERVAÇÕES SOBRE OS CRONOGRAMAS:**

**O cronograma FISICO DE EXECUÇÃO será de até 6 (seis ) meses após assinatura do contrato e ordem de serviço, devendo todo o(s) sistemas estarem integrados com sistema de tributos já para cálculo do IPTU de 2019.**

**ANEXO III**

**Modelo de Declaração (Item 8.5.1, do Edital)**

*(Papel timbrado ou carimbo da empresa)*

**DECLARAÇÃO**

A.....(*Razão Social da empresa*)....., CNPJ .....,  
com endereço à....., declara, em atendimento ao previsto no item 8.1,  
alínea "b" do Edital **Pregão Presencial nº 33/2018**, que não possuímos em nosso quadro  
de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou  
insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, se  
for o caso, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição República Federativa do  
Brasil.

Local e data,

(Assinatura e identificação do responsável pela empresa)



**ANEXO IV**

*(Papel timbrado ou carimbo da empresa)*

**CARTA DE CREDENCIAMENTO (MODELO)**

A.....(*Razão Social da empresa*)....., CNPJ ....., com endereço à....., através do seu ..... (proprietário, sócio-proprietário, presidente, gerente, diretor), .....(nacionalidade), .....(estado civil), portador do RG n ....., CPF n. ...., residente à ....., **CONSTITUI** como seu representante no certame licitatório – modalidade **Pregão Presencial n. 33/2018** a ser realizado pela Prefeitura Municipal de Guapimirim/RJ, o Sr.(a) ....., (nacionalidade), .....(estado civil), portador do RG n ....., CPF n. ...., residente à ....., que poderá formular ofertas e lances de preço e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada, inclusive renúncia ao direito de interpor e desistir de recursos.

Local e data,

(Assinatura e identificação do responsável pela empresa)



PREFEITURA  
**GUAPI**

SECRETARIA  
MUNICIPAL DE  
**FAZENDA**

PROCESSO: 206 /2018

FOLHA: 157

RÚBRICA: \_\_\_\_\_

**ANEXO V**

**Modelo de Declaração**

*(Papel timbrado ou carimbo da empresa)*

**DECLARAÇÃO**

A.....(*Razão Social da empresa*)....., CNPJ .....,  
com endereço à....., declara, em conformidade com o art. 32, parágrafo 2º,  
da Lei n. 8.666/93, que não existem fatos supervenientes ao seu cadastramento, que sejam  
impeditivos de sua habilitação para este certame licitatório na Prefeitura Municipal de  
Guapimirim/RJ.

Local e data,

(Assinatura e identificação do responsável pela empresa)



PREFEITURA  
**GUAPI**

SECRETARIA  
MUNICIPAL DE  
**FAZENDA**

PROCESSO: 206 /2018

FOLHA: 158

RÚBRICA: \_\_\_\_\_

**ANEXO VI**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.**

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIMIRIM.**

**REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2018.**

Sr. Pregoeiro,

Pela presente, **DECLARO(AMOS)** que, nos termos do art. 4º, VII, da Lei nº 10.520/2002, a empresa ....., cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2018**, cujo objeto é o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DE BASE DE DADOS TERRITORIAL, REVISÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES – PGV, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS, COM FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA, SUPORTE E MANUTENÇÃO, TREINAMENTO E TRANSFERÊNCIA TECNOLÓGICA.**

....., ..... de ..... de 2018.

.....  
(Assinatura do Representante Legal)



ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO Nº. XXX/2018.

Termo: [Clique aqui para digitar texto./ 2018](#)

Livro: [Clique aqui para digitar texto./ 2018](#)

TERMO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GUAPIMIRIM, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE [Clique aqui para digitar texto.](#), DE OUTRO LADO, [Clique aqui para digitar texto.](#), ORIUNDO DO PREGÃO XXX/2018, NA FORMA ABAIXO:

O MUNICÍPIO DE GUAPIMIRIM, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, localizado na Avenida Dedo de Deus, 1161 – Centro – Guapimirim – CEP.: 25940-000, RJ, inscrito no CNPJ nº. 39.547.500/0001-83, neste ato representado, por seu Prefeito JOCELITO PEREIRA DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 078757762, expedida pelo IFP-RJ e com o CPF nº 928.089.807-87, que delega competência através do Decreto nº. 1.033 de 21 de março de 2014 ao Ilmo [Clique aqui para digitar texto.](#), e de outro lado, [Clique aqui para digitar texto.](#), portador de Carteira de Identidade nº [Clique aqui para digitar texto.](#), expedida pelo [Clique aqui para digitar texto.](#) e inscrito no CPF/MF sob o nº [Clique aqui para digitar texto](#) e, de outro lado, [Clique aqui para digitar texto.](#), doravante denominada simplesmente CONTRATADA, inscrita no CNPJ nº. [Clique aqui para digitar texto.](#), com sede na [Clique aqui para digitar texto.](#), neste ato representado pelo Sr. [Clique aqui para digitar texto.](#), brasileiro, portadora da carteira de identidade nº [Clique aqui para digitar texto.](#) expedida pelo [Clique aqui para digitar texto.](#) e inscrita no CPF/MF sob o nº [Clique aqui para digitar texto.](#), resolvem celebrar o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, tendo em vista o constante e decidido no Procedimento Administrativo nº. [Clique aqui para digitar texto.](#), contendo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – (Legislação Aplicável)

Este Contrato rege-se por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente a Lei Federal 8.666/93, e suas alterações, além da Lei Complementar Federal nº 101/00, bem como pelos preceitos de direito público, pela proposta da Contratada e pelas Cláusulas deste Contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – (Objeto)

O objeto do presente termo é a Clique aqui para digitar texto., para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Clique aqui para digitar texto., conforme Termo de Referência, Autorizo do Secretário Municipal de Clique aqui para digitar texto., e demais informações constantes no Procedimento Administrativo nº Clique aqui para digitar texto..

Parágrafo Único – A prestação de serviços será executada com obediência rigorosa, fiel e integral a todas as exigências, prazos, condições gerais e especiais, constantes do PROCESSO, bem como nos detalhes e instruções fornecidas pelo MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – (Valor e Empenho)

O valor global deste Contrato é de Clique aqui para digitar texto., conforme Autorizo do Secretário de Clique aqui para digitar texto. constante nos Procedimento Administrativo nº Clique aqui para digitar texto.

Parágrafo Primeiro – A despesa global decorrente deste Termo, mencionada no *caput* desta CLÁUSULA, será coberta pela:

Nota de Empenho: Clique aqui para digitar texto.

#### CLÁUSULA QUARTA – (Prazo)

A vigência deste contrato para atendimento do objeto da presente licitação será Clique aqui para digitar texto. (Clique aqui para digitar texto.) meses a contar da assinatura do presente Termo.

#### CLÁUSULA QUINTA (Da possibilidade da prorrogação do contrato)

O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado nas hipóteses previstas no art. 57, da Lei nº. 8.666/93 e, também, quando houver necessidade e interesse das partes aqui qualificadas desde que sejam preenchidos os requisitos legais.

#### CLÁUSULA SEXTA – (Do reajuste)

O preço do contrato poderá ser reajustado, desde que solicitado, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para apresentação da proposta, utilizando o índice do IPCA-E, além das previstas no art. 65, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – (Forma e Prazo de Pagamento)

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após entrega do objeto mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente acompanhada das requisições e atestada por 2 (dois) servidores da Secretaria Municipal de Clique aqui para digitar texto. protocolada na sede da Prefeitura Municipal de Guapimirim.

Parágrafo Único: Para a efetivação do pagamento fica obrigada a apresentação dos documentos de recolhimento de CND INSS e CND FGTS, conforme normativa apresentada pela Controladoria Geral do Município de Guapimirim.

#### CLÁUSULA OITAVA – (Obrigações da CONTRATADA)

São obrigações da CONTRATADA:

- I – Realizar o serviço de acordo com todas as exigências contidas no Edital de Licitação, seus anexos e no presente Contrato;
- II – Designar um gerente responsável, perante o MUNICÍPIO, por todos os aspectos contratuais;
- III – Responsabilizar-se única, integral e exclusivamente, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos comprovados, de qualquer natureza, que causar à Municipalidade ou a terceiros, decorrentes da execução do presente Contrato, respondendo por si e por seus sucessores;
- IV – Responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como responder por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros, em virtude dos serviços a seu encargo, respondendo por si e por seus sucessores;
- V – Manter durante todo o período de execução do CONTRATO as condições de habilitação exigidas, sob pena de rescisão do contrato.

#### CLÁUSULA NONA – (Obrigações do MUNICÍPIO)

São obrigações do MUNICÍPIO:

- I – Cumprir fielmente as disposições contidas no Edital de Licitação;
- II – Realizar o pagamento à CONTRATADA nas condições e datas previstas.



#### CLÁUSULA DÉCIMA – (Fiscalização)

A Fiscalização da execução do Contrato caberá à SECRETARIA MUNICIPAL DE [Clique aqui para digitar texto.](#) e, notadamente, ao Gerente a ser especificamente designado. Incumbe ao Gerente à prática de todos os atos que lhe são próprios, definidos na legislação pertinente, nas especificações dos serviços, neste Contrato, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas neste Contrato e na legislação em vigor, inclusive atesto e planilhas de medição, observados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA declara aceitar os métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela Fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações indispensáveis ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Segundo – A atuação da Fiscalização em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e às conseqüências e implicações, próximas ou remotas, perante a municipalidade ou terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implica em co-responsabilidade do MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – (Aceitação do Objeto do Contrato)

A aceitação dos serviços previstos neste contrato se dará mediante a avaliação de dois servidores do MUNICÍPIO com matrícula, que constatarão se os mesmos atendem a todas as especificações contidas no Processo.

Parágrafo Único – Na recusa de aceitação, por não atenderem às exigências do MUNICÍPIO, a CONTRATADA deverá refazer os serviços, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do MUNICÍPIO a partir da data da efetiva aceitação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – (Força Maior)

Os motivos de força maior que possam impedir a CONTRATADA de cumprir o prazo e condições do contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolizado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em greve, ou em ocorrência não comunicada. Os motivos de força maior poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA (Suspensão da Execução)

É facultado ao MUNICÍPIO suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos diante de justificadas razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- (Sanções Administrativas)

Em caso de inexecução contratual, total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, mora na execução, qualquer inadimplemento ou infração contratual, a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor total do contrato, por um período máximo de 30 (trinta) dias úteis;
- c) multa de até 20 % (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, depois de esgotado o prazo fixado na alínea anterior;
- d) suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública;
- e) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

Parágrafo Primeiro – A imposição das penalidades de advertência e de multa são de competência da

SECRETARIA MUNICIPAL DE [Clique aqui para digitar texto.](#), ouvido o Gerente do Contrato.

Parágrafo Segundo – As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do *caput* desta Cláusula podem cumular-se com as das alíneas “b” e “c” e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

Parágrafo Terceiro – As multas serão recolhidas ao Tesouro Municipal, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da publicação no Boletim Oficial do ato que as impuser, do qual a CONTRATADA terá conhecimento.

Parágrafo Quarto – Se no prazo previsto no parágrafo anterior não for comprovado o recolhimento da multa, será promovido o seu desconto da parcela retida ou da garantia. Mediante decisão da autoridade contratante. Nenhum pagamento será



efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa de sua revelação por ato do MUNICÍPIO.

Parágrafo Quinto – As multas não têm caráter compensatório e o seu pagamento não exime a

CONTRATADA da responsabilidade pelas perdas ou danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Sexto – A declaração da suspensão ou de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública somente será aplicada após a ciência da CONTRATADA e depois de desprovido recurso cabível ou precluso o prazo para oferecê-lo. O prazo da suspensão será fixado segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, e o interesse do MUNICÍPIO.

Parágrafo Sétimo – As sanções previstas nas alíneas “d” e “e” do *caput* desta Cláusula são da competência do Prefeito. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar considerará a natureza e a gravidade da falta cometida, as faltas e penalidades anteriores e os casos de reincidência.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – (Rescisão Administrativa)

A declaração de rescisão deste Contrato, em todos os casos em que ela é admissível, operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Boletim Oficial, aplicáveis à espécie os artigos 77 e seguintes da nº 8.666/93.

Parágrafo Único – Na hipótese de ser decretada a rescisão administrativa, por culpa da CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará ele sujeito à multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – (Recursos)

Contra as decisões de que resultarem sanções administrativas a CONTRATADA poderá:

a) recorrer à própria SECRETARIA MUNICIPAL DE [Clique aqui para digitar texto.](#);

1 – do ato que aplicar a pena de advertência, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da ciência da decisão;

2 – do ato que impuser as multas previstas nas alíneas “b” e “c” da Cláusula Décima Quarta, no prazo de 10 (dez) dias da ciência da decisão e mediante prévio depósito do seu valor, em moeda corrente;

b) recorrer, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, à autoridade superior da decisão proferida



nos recursos apresentados nos termos da alínea "a", e do ato que rescisão do Contrato pelo não cumprimento das cláusulas contratuais, especificações e prazos;

c) pedir reconsideração da decisão que declarar a suspensão do direito ou a inidoneidade da CONTRATADA para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação da decisão.

Parágrafo Único – Os recursos e pedidos de reconsideração não têm efeito suspensivo, exceto se este lhe for atribuído pela autoridade competente para conhecê-lo em última instância.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – (Recurso ao Judiciário)

Serão cobrados em processo os valores correspondentes às importâncias decorrentes de quaisquer sanções impostas à CONTRATADA, bem como os das perdas e danos e dos prejuízos sofridos pela Municipalidade em decorrência da má execução ou da inexecução do Contrato. Nesse caso a CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, das custas judiciais e dos honorários de advogados, fixados desde logo em 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – (Foro)

A CONTRATADA obriga-se por si e por seus sucessores ao fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições do presente Contrato, e elege para foro deste Termo o do Município de Duque de Caxias, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA NONA – (Publicação)

O MUNICÍPIO obriga-se a promover a publicação em extrato, conforme art. 61, § 1º da Lei 8666 de 1993, no Boletim Oficial, dentro do Prazo de 20 (vinte) dias, contados da sua assinatura.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA – (Assinaturas)

E, por assim estarem justas e contratadas as partes assinam este instrumento por seus representantes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas:



PREFEITURA  
**GUAPI**

SECRETARIA  
MUNICIPAL DE  
**FAZENDA**

PROCESSO: 206/2018

FOLHA: 166

RÚBRICA: \_\_\_\_\_

Guapimirim, \_\_\_\_\_ de  
\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Secretário Municipal

Representante Legal

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_





**DECLARAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA OU  
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2018.**

.....  
inscrita no CNPJ no ....., por intermédio de seu representante  
legal, o(a) Sr.(a) ....., portador(a) da  
Carteira de Identidade nº ..... e do CPF no .....,  
**DECLARA**, para fins do disposto no item V – Condições para Participação do Edital,  
sub item 4.4 sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta  
empresa, na presente data, é considerada:

( ) **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme Lei Complementar  
Federal nº 128, de 14/12/2006;**

( ) **MICROEMPRESA, conforme Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, e  
suas alterações;**

( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE, Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006,  
e suas alterações;**

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º  
do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

.....  
(data)

.....  
(assinatura de sócio da firma)

OBS. Assinalar com um “X” a condição da empresa.

Este formulário deverá ser entregue ao Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio juntamente  
com os envelopes nº 1 e nº 2, porém fora dos envelopes, pelas empresas que  
pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto  
Lei Federal Complementar nº 123/2006.